



DANIELLA MOREIRA MANGARAVITI

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NOS
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF

2006



DANIELLA MOREIRA MANGARAVITI

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NOS
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL.**

Banca Examinadora:

Prof^ª. Meireluce Fernandes da Silva
(Orientadora)

Prof. Alaor Silvio Cardoso
(Membro)

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle
(Membro)

Brasília – DF

2006

ii

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo dado durante todos esses anos de minha vida.

Aos meus grandes amigos, os quais estiveram sempre ao meu lado, seja na faculdade ou não. Gostaria de agradecer ao meu amigo Lairson o qual considero uma pessoa muito especial, que durante o curso me mostrou o que é força de vontade, humildade e amizade. Não poderia deixar de citar três pessoas que sempre tiveram muita paciência comigo: Vanessa, Olga e Rodrigo.

À minha orientadora, professora Meireluce Fernandes da Silva, pelo incentivo à realização deste trabalho e, principalmente, pela paciência (que não foi pouca), confiança, respeito, apoio, sugestões e críticas, acreditando, até o último momento, em minha capacidade para realizar esta monografia;

Finalizando, a todas as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram no período da graduação, assim como durante a elaboração desta monografia.

Muito obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL	4
1.1 O Brasil e a Cooperação Internacional	4
1.1.1 <i>Histórico</i>	4
1.1.2 <i>Regulamentação</i>	16
1.2 O Distrito Federal e a Cooperação Internacional	20
1.2.1 <i>Histórico</i>	20
1.2.2 <i>Regulamentação</i>	24
1.2.3 <i>Quadro Atual</i>	24
2 OS PRINCIPAIS ATORES NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	27
2.1 Grupo Doador	27
2.1.1 <i>Organismos Internacionais</i>	28
2.1.2 <i>Organismos Nacionais</i>	31
2.1.3 <i>Organizações Não Governamentais</i>	33
2.2 Grupo Receptor	36
2.2.1 <i>Governamentais</i>	36
2.2.2 <i>Organizações Não Governamentais ou Grupos de Ações Sociais</i>	38
3 MODALIDADES E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	40
3.1 Assistência Técnica e Material	40
3.1.1 <i>Financeiros</i>	41
3.1.2 <i>Doações e Empréstimos Especiais</i>	43
3.2 Instrumentos de Cooperação	44
3.2.1 <i>Cursos e Treinamentos</i>	45
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 - LEIS, DECRETOS E PORTARIAS	17
QUADRO 2.1 - ORGANISMOS INTERNACIONAIS	27
QUADRO 2.2 - COOPERAÇÃO BILATERAL	30
QUADRO 2.3 - FUNDAÇÕES INTERNACIONAIS	34

LISTA DE SIGLAS

ABC	- Agência Brasileira de Cooperação
ABCT	- Acordo Básico de Cooperação Técnica
ABCTCT	- Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	- Banco Mundial
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	- Corporação Andina de Fomento
CEF	- Caixa Econômica Federal
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDA	- Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CTPD	- Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DF	- Distrito Federal
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FONPLATA	- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUNAG	- Fundação Alexandre de Gusmão
GDF	- Governo do Distrito Federal
GEF	- Fundo Global Ambiental
GTZ	- Cooperação Técnica Alemã
IFIs	- Instituições Financeiras Intermediárias
IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
JICA	- Agência de Cooperação Internacional do Japão
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OIMT	- Organização Internacional de Madeiras Tropicais
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas

OSCs	- Organizações Sociais Civis
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PBDCTs	- Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCT	- Projeto de Cooperação Técnica
PNDs	- Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SECAP	- Secretaria de Captação de Recursos Financeiros do Distrito Federal
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNCTAD	- Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
USAID	- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o mecanismo da Cooperação Técnica Internacional, enquanto um importante instrumento de desenvolvimento, por meio de captação de recursos financeiros, de conhecimento e gerenciais provenientes de fontes estrangeiras para o Governo do Distrito Federal. Buscará, também, investigar o papel da Cooperação Internacional, para a promoção do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população do DF, bem como observar em que medida essa cooperação auxilia o país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, com o intuito precípua de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Os programas implementados sob a égide da Cooperação Internacional permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, de modo a possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro.

Palavras-chave: Cooperação Técnica Internacional, desenvolvimento, transferência de conhecimento.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze the mechanism of the international cooperation technical cooperation, while an important instrument of development, by means of captation of financial resources, knowledge and managemen proceedings from foreign sources for the Government of the Federal District. It will search, also, to investigate the role of the international cooperation, for the promotion of the development and improvement of the quality of life of the population of the Federal District, as well as observing where this cooperation assists the country to promote structural changes in its productive systems, with the main intention to surpass restrictions that hinder its natural growth. The programs implemented under the scope of the international cooperation allow to transfer knowledge, experiences of success and sophisticated equipment, thus contributing to enable human resources and to strengthen institutions of the receiving country, in order to make possible qualitative jump of lasting character.

Key-words: International Technical Cooperation, development, transfer of knowledge.

INTRODUÇÃO

A Cooperação Internacional desperta grande interesse em um amplo segmento da sociedade, por possibilitar um acesso mais ágil à tecnologia, conhecimento, informação e capacitação. Também consolida a idéia na qual a cooperação acarreta aos variados atores envolvidos no processo, o compartilhamento de esforços e benefícios.

O capítulo 1 apresenta o histórico e os conceitos de Cooperação Técnica Internacional no Brasil e no Distrito Federal, abordando suas respectivas evoluções, regulamentações e seu quadro atual.

O capítulo 2 deste trabalho dá ênfase aos principais atores que atuam no cenário internacional, mais especificamente na área de Cooperação Internacional. Serão classificados como Grupo Doador e Grupo Receptor.

O capítulo 3 ressalva as modalidades e os instrumentos de Cooperação Internacional, onde são vistos os tipos de assistências, cursos e treinamento em países receptores além de atuações de consultores.

Este trabalho se restringirá à cooperação assistencial e não a horizontal. A cooperação horizontal se limita a uma cooperação para promover o adensamento de relações entre países para o estreitamento de seus laços políticos. Já a Cooperação assistencial busca uma internacionalização de conhecimentos técnicos, dentro da ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional. Com a qual requer da política exterior uma cooperação econômica,

científica e tecnológica a implementar-se entre as partes, em condições cada vez mais igualitárias.

A conclusão deste trabalho demonstra a otimização da oferta e serviços públicos, mediante a diversificação das fontes e da interação do Governo do Distrito Federal com os diversos órgãos e entidades, além de mostrar possíveis áreas de atuação internacional em Brasília, ou em outros municípios do Brasil.

HIPÓTESES

Serão consideradas duas hipóteses. A primeira se refere à Cooperação Internacional como uma forma viável de promover o crescimento econômico e aumentar o desenvolvimento social do Distrito Federal. A segunda diz respeito à participação dos principais atores que gera um fortalecimento em preparação de projetos, uma vez que as parcerias sejam adequadamente realizadas.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a relevância da Cooperação Internacional como instrumento promissor e eficaz no desenvolvimento do Distrito Federal.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada será uma análise sistêmica comparada, sendo coletados dados e informações secundárias e primárias por meio de pesquisas em arquivos do Ministério das Relações Exteriores/ Agência Brasileira de Cooperação, pesquisa em arquivos da Secretaria de Captação de Recursos Financeiros do Distrito Federal, livros especializados em

Cooperação Internacional, livros especializados em Teoria das Relações Internacionais, artigos técnicos, entrevistas com Dr. Raimundo N. F. Mussi, Coordenador Técnico Científico da Agência Espacial Brasileira e análise de acordos sobre Cooperação Internacional com seus principais atores, BID, PNUD, OIMT entre outros.

1 HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL

Disposta a esclarecer o entendimento da influência dos projetos de cooperação internacional no desenvolvimento, esta pesquisa estudará a participação dos mecanismos presentes na execução de tais projetos, assim como os ganhos em nível de desenvolvimento econômico, humano e social.

O primeiro capítulo deste trabalho será focado então no estudo do histórico da cooperação internacional no Brasil e no Distrito Federal, dos conceitos de cooperação internacional e desenvolvimento, assim como a forma de se alcançar o desenvolvimento através da cooperação. Desta forma, este capítulo será dividido em duas partes: primeiramente, uma análise do histórico de cooperação internacional e cooperação técnica no Brasil e sua regulamentação, e algumas de suas vertentes relevantes à pesquisa: desenvolvimento econômico, social e humano.

Em seguida será analisado o histórico da cooperação internacional e cooperação técnica no Distrito Federal, que é objeto de pesquisa desta monografia, além da sua regulamentação e seu quadro atual.

1.1 O Brasil e a Cooperação Internacional

1.1.1 Histórico

Dos anos sessenta aos noventa, a sociedade e o Governo do Brasil buscaram a Cooperação Técnica Internacional (CTI), por havê-la considerado um dos fatores capazes de modificar o perfil do desenvolvimento. Foi-lhe assim atribuída uma função específica, a

função de disseminar os efeitos sociais do desenvolvimento. Havia, por conseguinte, certa consciência de que o modelo de desenvolvimento então adotado dava muita ênfase ao crescimento econômico em detrimento de seus aspectos sociais.

A função social da CTI, por certo, não significou para os decisores a contrapartida ou o corretivo potencial, capaz de estabelecer entre o crescimento e seu benefício social. Mas foi este o escopo que presidiu à organização e ao gerenciamento da CTI do Brasil nas últimas décadas: agregar sempre mais consumidores e produtos ao mercado. Por trás do objetivo materialista, a movê-lo como se fosse sua alma, o sistema brasileiro de CTI abrigou uma função humanista: preparar o homem para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo.

Essas expectativas explicam a maneira como reagiram, tanto o governo quanto determinadas agências sociais diante das possibilidades da CTI. Ela acabou por ser incorporada à política exterior do país como uma de suas variáveis permanentes, passando a mobilizar grande número da produção e a posse dos conhecimentos que se faziam necessários.

O objetivo deste estudo consiste em avaliar o impacto histórico da experiência brasileira de CTI sobre o desenvolvimento do país. Não seria infundado supor que essa experiência tenha sido uma das mais notáveis em termos de aproveitamento de oportunidades concretas colocadas ao alcance dos países em via de desenvolvimento desde os anos sessenta. Ter-se-á, pois, todo o cuidado para mensurar as dimensões, as características e os resultados da experiência brasileira. Procedeu-se, para tal fim, ao estudo exaustivo das modalidades, dos programas e dos projetos implementados com a participação do Brasil.

Os anos oitenta apresentaram uma tendência para a crise que se pôde perceber quanto aos fins e quanto ao desempenho da CTI no Brasil. A crise do esgotamento das possibilidades históricas, àquela altura o Brasil já havia avançado muito no domínio do conhecimento técnico, dispensando sua transferência em grande escala do exterior. Buscava o avanço tecnológico, que não era objeto da generosidade distributiva das nações mais avançadas. Naquela década, o Brasil estava modificando seu perfil em termos de CTI, ao passar de receptor de assistência do Norte a prestador de assistência aos países em vias de desenvolvimento. E o fazia, a exemplo dos países do Norte, para ampliar e fortalecer seus interesses externos. A análise de três décadas de experiência permitirá concluir sobre o encaminhamento da CTI do país, nos anos noventa.

A inserção da CTI no sistema internacional ocorreu com as modificações introduzidas no imediato pós-guerra entre 1945 e 1949. Falava-se então em “ajuda” para a reconstrução da Europa e para o desenvolvimento, porém, as duas super potências, os EUA e a União Soviética tinham em vista, antes de tudo, a montagem de seus sistemas de aliança (Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN e o Pacto de Varsóvia). A CTI nasceu, portanto, em contexto estratégico, não tendo como único escopo o que lhe era próprio. Essa ambivalência para fins próprios e a função derivada manter-se-á pelas décadas seguintes.

A noção da CTI envolve três elementos originais: as transferências não comerciais de técnicas e conhecimentos, desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador e a execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoas, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.

A CTI foi formalmente instituída de acordo com esse conceito original, pela Resolução nº 200, de 1948, da Assembléia Geral das Nações Unidas¹. Nessa ocasião, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançava seu programa multilateral, que foi, entretanto, balanceado pelo Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral dos EUA com os países subdesenvolvidos, de 1949. Esta idéia, segundo Keohane, refere-se à adaptação do comportamento dos Estados aos moldes atuais, através da coordenação de políticas². Além disso, a Cooperação Internacional também está ligada às políticas capazes de facilitar o alcance de determinado objetivo conjunto, através do processo de coordenação.³ Assim, a cooperação não representa a harmonia que significa o ajuste unilateral das políticas em prol da realização imediata dos interesses dos demais.⁴ Keohane define Cooperação Internacional por quatro pontos: tomadas de decisões, atividade conjunta, agregação de esforços e recursos e realização de ganhos conjuntos. Lindblom acrescenta à definição de Keohane a idéia de Cooperação Internacional como sendo um "processo pelo qual as políticas conduzidas pelo governo passam a ser vistas pelos seus parceiros como facilitadores para consecução dos próprios objetivos deste último, como resultado da coordenação de suas respectivas políticas"⁵.

Para González, são necessários três elementos para que uma relação de cooperação seja atendida: a agregação real de recursos e esforços por ambas as partes; a coordenação

¹ A/RES/3/200

² KEOHANE, Robert. *After Hegemony, Cooperation and Discord um the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ LINDBLOM, Charles E. *The Intelligence of Democracy*. Free Press, 1985.

efetiva de políticas intergovernamentais e as tentativas ativas de adaptação de políticas visando atender às demandas do outro país⁶.

Observa-se com isso que se pretendia reforçar o aspecto conceitual de “ajuda” ou “assistência”, com a possibilidade de utilizar a CTI para fins econômicos ou ideológicos, em detrimento da “cooperação” entre as partes⁷. A ambivalência entre a ajuda para aliviar efeitos da pobreza e a capacidade para o desenvolvimento persistiu pelos anos cinquenta, prevalecendo o primeiro sobre o segundo significado na cooperação técnica, que se implementava.

A ordem internacional sofria, entretanto, nos anos cinquenta, suas primeiras críticas. Produziam-se reações ao sistema bipolar e à divisão do mundo em zonas de influência, que podem ser agrupadas em três conjuntos: a Europa ocidental decidiu reforçar suas margens de autonomia econômica, integrando as unidades nacionais em um Mercado Comum; os Países atrasados da África, Ásia e Europa exigiam do sistema internacional condições mais favoráveis à promoção do desenvolvimento e repudiaram a divisão ideológica do mundo e a América Latina, sob a orientação da Comissão Econômica das Nações Unidas – CEPAL, engajou-se na industrialização, considerada a via do desenvolvimento⁸.

As modificações acima descritas fizeram evoluir a noção de Cooperação Internacional em sua acepção genérica, que adquiriu a partir dos anos cinquenta características modernas. Desde então, a cooperação econômica traduzia-se por um conjunto de atividades, nas áreas do comércio, das finanças, das tarifas alfandegárias, das empresas envolvendo parceiros de nível

⁶ GONZÁLEZ, Guadalupe G. Limites e possibilidades de cooperação bilateral na questão das drogas na era de parceria econômicas. In: *Política Externa*. Vol. 9. nº 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

⁷ DOMERGUE M. *Technical Assistance: Theory, Practice and Policies*. New York: Praeger, 1968.

⁸ VIZENTINI P. G. F. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

de desenvolvimento similar ou desigual. Pode-se dizer o mesmo da cooperação científica e tecnológica, que apesar de dependerem da inovação criadora e do progresso, a cooperação sofre as restrições de um cálculo unilateral por parte do prestador. O mesmo explica a dificuldade de cooperar, para a normalização internacional (patentes, regras, mecanismos), porque essa normalização tanto se destina a promover o intercâmbio de bens e serviços quanto a proteger o conhecimento-invenção e a tecnologia-inovação de origem. Estabelecia-se também a moderna cooperação na área política, seja para viabilizar as modalidades acima descritas, seja para sustentar desígnios estratégicos e de segurança comuns. A cooperação crescia ainda no domínio cultural, o mais refinado e sutil, porquanto se destinava a criar condições psicológicas, mentais e políticas para que tudo o mais pudesse acontecer.

A hierarquia da Cooperação Internacional, estabelecida em função da relevância de desígnios a ela consignados, do volume de recursos investidos e dos impactos esperados, situava a tradicional CTI num grau ínfimo de significado. Convinha, tanto aos países desenvolvidos quanto os atrasados, realçar a CTI em termos de dignidade e importância. Para tanto, nos anos sessenta, agregaram-se-lhe duas novas funções: associá-la à captação de ciência e tecnologia (intento dos países receptores) ou usá-la para fortalecer os interesses e a presença no exterior (intento dos países prestadores avançados). Somente nos anos setenta, este esquema rígido cederá diante da nova filosofia igualitária, que emergiu com a chamada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

As melhores condições internacionais para o desempenho da CTI ocorreram no final do anos sessenta e o início dos oitenta. Esse período coincidiu com o apogeu do sistema de

CTI, se considerados forem seu ânimo, ritmo, dimensão e resultados. Estava-se antes em fase incipiente e, depois, declinante⁹.

Comparando-se o Brasil com outros países, observa-se que não foi expressiva em termos quantitativos a cooperação técnica bilateral ou multilateral recebida por esse país do exterior. Com efeito, até 1983, dos 4.353 projetos que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD financiou em todo o mundo, envolvendo recursos estimados de 2,9 bilhões de dólares, o Brasil beneficiou-se com apenas 0,7%, correspondentes a 20,5 milhões de dólares. Proporções semelhantes verificavam-se no que dizia respeito à cooperação bilateral. (FUNCEX, 1985, p. 36).

O êxito da CTI no Brasil pode ser encontrado nas condições internas que foram criadas para o aproveitamento favorável das iniciativas. Durante o período de apogeu do sistema internacional de CTI, condições quase ideais foram criadas no Brasil para desempenho dos agentes de cooperação. Dentre elas: a inserção racional da CTI na política exterior, a flexibilidade para aceitar fins próprios e não-próprios, definidos para a CTI pelos países avançados, a montagem de um sistema nacional articulado de gerência da cooperação técnica, a implantação de agências internas bem preparadas em termos de recursos humanos e equipamentos para cooperar e a filosofia desenvolvimentista a impregnar a opinião.

Sabe-se que a política exterior do Brasil, entre 1930 e 1990, orientou-se invariavelmente para a promoção do desenvolvimento nacional. Suas fases e suas oscilações históricas advinham das diferentes concepções do desenvolvimento que fizeram curso no país e que foram duas: a idéia de um desenvolvimento nacional autônomo, tocado pela ideologia do nacionalismo econômico, e a idéia de um desenvolvimento integrado e aberto externamente, tocado pela ideologia liberal. Para Furtado, o “desenvolvimento é o aumento do fluxo de renda real, incrementado na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à

⁹ VIGEVANI T. *Terceiro Mundo; Conceito e História*. São Paulo: Ática, 1990.

disposição da coletividade”¹⁰. No entanto, ainda afirma, que a idéia de crescimento econômico se refere à uma forma de ignorar as necessidades fundamentais do homem¹¹. Embora nos anos sessenta estas tendências da política exterior tenham se radicalizado, nenhuma delas se impôs com exclusividade nos últimos sessenta anos. Sem abdicar do desígnio de atingir o desenvolvimento em todos os seus níveis, o país pode ser incluído entre aqueles que mantiveram elevado índice de abertura diante de insumos externos de toda sorte e que manifestaram interesses constantes pela liberalização das relações econômicas internacionais¹². Nas escolas teóricas da Economia Política Internacional existem vertentes que propõem conceitos opostos em relação à cooperação. Para os teóricos realistas, a cooperação só existe em situações de conflito em que países aliados firmam políticas conjuntas, visando um determinado objetivo e tendo a cooperação como um subproduto dos processos conduzidos pelo Estado na busca dos interesses. O realismo considera o Estado como ator principal no cenário internacional. A negociação entre Estados, no pensamento neo-realista, não se dá apenas em situações de conflito, mas também em situações na qual não é necessário o conflito, desde que os interesses do Estado sejam priorizados e mantidos. Assim, a existência de instituições passa a ser reconhecida ainda sem autonomia.

No Institucionalismo Neoliberal, a cooperação é o ponto chave para a política internacional devido à existência de instituições internacionais fortes e presentes. Esta vertente não descarta o conflito que é um aspecto da política internacional. No entanto, os defensores dessa ideologia não vêem o conflito como um aspecto preponderante no cenário internacional, diferentemente dos realistas. Dessa forma, os Estados podem trabalhar juntos para produzir ganhos e evitar prejuízos comuns. De acordo com os neoliberalistas existe uma

¹⁰ FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹¹ Idem. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

grande ligação entre a cooperação e a existência de instituições. Keohane afirma que estas instituições podem estimular a cooperação entre os atores, através da diminuição da insegurança e dos custos¹³.

A corrente construtivista afirma que o sistema internacional é socialmente construído, semelhante aos sistemas nacionais, regionais e locais¹⁴. Para os construtivistas, as situações de cooperação surgem à medida que há convergência de valores em determinadas áreas, na maioria das vezes no campo da ciência, tecnologia e meio ambiente. Considerando assim, conclui-se que a existência de inúmeras instituições leva a maiores convergências, já que é cada vez mais nítida, a quantidade de instituições originadas de Cooperação Internacional. Estes teóricos consideram que os atores agem racionalmente e as relações internacionais uma análise de como os agentes racionalizam seu comportamento:

[...] os construtivistas procuram entender o modo como os agentes internacionais constroem identidades em função de suas percepções da realidade e das estruturas normativas, positivistas ou axiomáticas, em que estão inseridos. (ROCHA, 2002, p. 218)

E acrescenta:

O debate agente-estrutura consiste, pois, em estabelecer, por um lado, o grau de influência que a livre atuação dos agentes exerce sobre os processos importantes da realidade internacional, e, por outro, em que medida a liberdade de ação dos agentes sofre limitações das estruturas. (ROCHA, 2002, p. 220)

¹² CERVO A. L. & Bueno C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

¹³ KEOHANE, Robert. *International Institutions and State Power*. Boulder: Westview Press, 1989.

¹⁴ HAAS, Ernst. *Adaptation and Learning in International Organizations*. Berkeley: Institute of International Studies, 1987.

O construtivismo tem uma visão de cooperação baseada na teoria dos jogos, na qual essa prática é possível em um sistema anárquico – como é o caso do sistema internacional com a falta de uma entidade supranacional – pois considera a racionalidade dos indivíduos que, buscando maximizar ganhos, poderiam vir a criar alianças. Em seguida, será explicada melhor esta idéia que é importante para a compreensão das relações e possível cooperação entre os indivíduos, neste caso, atores internacionais.

A perspectiva institucionalista servirá como base no campo da Cooperação Internacional. De acordo com González e Keohane, anteriormente citados, a cooperação almeja o alcance de determinado objetivo conjunto, através de uma coordenação mútua de políticas que busque através desses a melhoria de um determinado ponto de uma ou de ambas as partes, seja na área tecnológica e científica, humana ou social, dentre outras.

A cooperação adensou-se no Brasil, como conceito e como prática política. Na linguagem diplomática e política, o termo “cooperação” manterá seu significado polivalente com que traduziria a filosofia desenvolvimentista que carregava. A cooperação haveria de preencher, mediante mecanismos concretos, a função supletiva consignada à política exterior para o esforço interno do desenvolvimento. Fazia-se constantemente uma avaliação das modalidades hierarquizadas da cooperação, conforme foi assinalado anteriormente, com o fim de medir a capacidade desenvolvimentista de cada uma delas, levando-se em conta os conceitos em voga internacionalmente e as chances de cada uma das modalidades. Observa-se, contudo, que a Cooperação Internacional adquiriu conotação específica, no quadro da política exterior brasileira, racional e coerente, que se constatou nas últimas décadas, até o regresso liberal dos anos noventa, quando as condições em que ela se praticava foram profundamente alteradas.

O conceito brasileiro de cooperação foi elaborado historicamente com base em três categorias de elementos:

- **Político** - A cooperação era utilizada para refletir de forma sintética a essência da política exterior. Pois realçava o caráter pacifista e não-confrontacionista dessa política, além de legitimá-la diante da nação e da comunidade internacional. A idéia passou a ser utilizada no discurso político para promover a união do Terceiro Mundo e firmar uma liderança nessa área, tendo em vista a manipulação dessa força em favor de ganhos externos no seio do diálogo Norte-Sul e Sul-Sul. O discurso cooperativista derramava-se com maior alarde sobre duas áreas contíguas, a América Hispânica e a África negra, no intuito de captar a simpatia e amizade para encaminhar ações concretas de penetração de interesses.
- **Econômico** - A cooperação era procurada em razão do suporte que insumos externos – empresas, capitais, tecnologia – representavam para realizar as metas do desenvolvimento em três níveis: a indústria de base, a de transformação e a de ponta. Não se tratava de superar o subdesenvolvimento, mas de atingir o pleno desenvolvimento. Nos anos sessenta, o modelo de desenvolvimento evoluía da substituição de importações para o de substituição de exportações. O novo comércio de exportação de produtos agrícolas, minérios, produtos manufaturados e serviços de engenharia tornou-se um grande desafio para a Cooperação Internacional. Sabia-se que sem as novas pautas de exportação o desenvolvimento não avançaria. Tampouco avançaria sem se captar um volume crescente de ciência e tecnologia, sem se enfrentar as dificuldades da competição e da proteção dos mercados.

- *Modus faciendi* - O pragmatismo da política exterior caracterizava a conduta brasileira na captação e implementação da Cooperação Internacional. A cooperação pragmática era uma cooperação desideologizada, até mesmo despolitizada, que explorava oportunidades com realismo, que criava alternativas diante de obstáculos.

Elaborou-se, portanto, no Brasil uma noção abrangente e complexa de Cooperação Internacional, a ponto de se poder intercambiá-la com a noção de política exterior. Entende-se assim, porque a CTI tenha ocupado um espaço muito exíguo na linguagem diplomática. Apesar disso, percebe-se uma evolução conceitual no pensamento brasileiro, segundo o qual a CTI transitou de sua acepção primitiva, a assistência técnica, para a de cooperação e para o desenvolvimento. Essa evolução conceitual conclui-se no momento em que se percebeu a potencialidade da CTI promovida pelo sistema da ONU, que incluía a CTPD. Ao pensamento brasileiro, a cooperação assistencial passou a causar repugnância, visto que se requeria da política exterior uma cooperação econômica, científica e tecnológica a implementar-se entre as partes, em condições cada vez mais igualitárias. A CTI prestada pelo Brasil irá integrar progressivamente a política exterior brasileira com finalidades não-próprias, ou seja, para “criar e aprofundar laços econômicos, tecnológicos e culturais”.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e seus respectivos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs), que vigoraram nos anos setenta e oitenta, reconheciam a importância da “transferência de conhecimento” para o desenvolvimento auto-sustentado¹⁵. Nesses planos, bem como nos acordos externos firmados pelo Itamaraty, observa-se um dilema posto em termos políticos. Naquelas décadas, o

¹⁵ SEMINÁRIO SOBRE “A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE”, I, 1989, Brasília. *Agência Brasileira de Cooperação- ABC*. Brasília: MRE, 1989.

tradicional Acordo Básico de Cooperação Técnica (ABCT) não mais seria reproduzido e sim substituído pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (ABCTCT).

O dilema entre cooperação técnica ou científica e tecnológica que se colocava nos anos setenta e oitenta espelhava a complexa realidade nacional: um país de grandes possibilidades e ao mesmo tempo de necessidades existenciais elementares não satisfeitas. Pretendia-se avançar pelos sofisticados mecanismos da cooperação tecnológica, mas não se podia deixar de carregar o fardo de uma miséria social que persistia e que, entretanto, poderia ser aliviada pela “assistência” técnica ou pela “transferência” de conhecimento.

1.1.2 Regulamentação

A ambigüidade dos fins consignados à CTI e a precária situação que ela ocupou na formulação da política exterior não foram fatores importantes para a experiência brasileira. Não cabia ao país fomentar uma política própria de CTI. Cabia-lhe fazer o que fez: captá-la tal como provinha, seja das fontes multilaterais, como o sistema da ONU, seja dos países prestadores.

A noção de CTI que prevalecia no sistema internacional até os anos sessenta, supunha a existência de partes desiguais: um doador, fonte principal de recursos e fonte exclusiva do conhecimento técnico, e um recipiendário passivo dos recursos e técnicas. Essa relação apenas poderia existir entre países industrializados e países subdesenvolvidos. A reação a esse conceito primário de CTI esboçou-se na série das Conferências para o Desenvolvimento (UNCTAD) pela ONU nos anos sessenta – Década do Desenvolvimento. Entre 1967 e 1970 chegou-se a um “consenso”, definido dessa forma pela Resolução 2688 da Assembléia Geral

de 1970: o mandato que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) recebeu é o de prestar aos países em desenvolvimento a assistência para construir capacidades destinadas à auto-sustentação¹⁶. Evoluía-se, então, da assistência técnica internacional para a CTI, sendo que este salto de qualidade ocorreu no momento em que o Brasil estava preparado para o esforço contrapartido, condição indispensável para extrair da nova CTI efeitos de desenvolvimento¹⁷.

O consenso de 1970, todavia, não consertou todas as falhas da CTI, que prosseguia desordenada e, de modo geral, pouco eficiente. Os países do Sul, entre os quais o Brasil exerceram destacado papel, exigiram que o PNUD produzisse meios e formas de se estimular à CTI efeitos de desenvolvimento.

Em 1974, convocou-se uma Conferência Mundial das Nações Unidas sobre CTPD, que se reuniu em agosto/setembro de 1978 na cidade de Buenos Aires. Consoante o entendimento brasileiro, decidiu-se que a nova modalidade “não se propõe a substituir os programas tradicionais de cooperação, sejam bilaterais ou multilaterais, mas sim a eles acrescentar”¹⁸. Com a aprovação do Plano de Buenos Aires, a 12 de setembro de 1978, países como o Brasil poderiam utilizar melhor sua capacidade instalada e superar as relações dependentes inerentes aos mecanismos da cooperação Norte-Sul. Estava, portanto, instituída a cooperação horizontal¹⁹.

¹⁶ UNDP - United Nations Development Programme, *Programme Evaluation*. Genebra, p.2, 1992.

¹⁷ PINTO-AGUERRO C. Relaciones entre cooperación técnica y desarrollo de los países, in: Montes I. R.(org) *Cooperación Internacional y Desarrollo*. Santiago, p. 125, 1978.

¹⁸ CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 1989, Brasil. *Documento Nacional do Brasil*. Brasília: MRE, 1978.

¹⁹ UNDP - United Nations Development Programme, *The Buenos Aires Plan of Action for Promoting and Implanting Technical Co-operation among Developing Countries*. New York, 1978.

A Agência Brasileira de Cooperação foi criada em setembro de 1987, por meio do Decreto nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A criação da ABC ocorreu em um momento de mudanças fundamentais na orientação dada à cooperação para o desenvolvimento pelos organismos internacionais²⁰.

O Quadro 1, demonstra algumas Leis, Decretos e Portarias referentes à regulamentação da Cooperação Internacional no Brasil.

Quadro 1.1 - Leis, Decretos e Portarias

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS	
Decreto nº 94.973, de setembro de 1987.	Criação da ABC, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A criação da Agência Brasileira de Cooperação ocorreu em um momento de mudanças fundamentais na orientação dada à cooperação para o desenvolvimento pelos organismos internacionais.
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os Seguintes: XIX – Ministério das Relações Exteriores: (...) d) programas de Cooperação Internacional; (...)
Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004.	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Art. 1º. O Ministério das Relações Exteriores, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: (...) IV – programas de Cooperação Internacional e de promoção comercial; (...) Art. 2º. O Ministério tem a seguinte estrutura organizacional: (...) II – órgão central de direção: Secretaria-Geral das

²⁰ ABC. Disponível em: < <http://www.abc.mre.gov.br> >. Acesso em: 13 out. 06.

	<p>Relações Exteriores: (...) e) Subsecretaria-Geral de Cooperação Técnica e Comunidades Brasileiras no Exterior: 1. Agência Brasileira de Cooperação; (...) Art. 22. À Agência Brasileira de Cooperação compete coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e Organismos Internacionais e aquela entre o Brasil e os países em desenvolvimento.</p>
Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de Organismos Internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
Portaria MRE nº 433, de 22 de outubro de 2004.	Baixas normas complementares à execução do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004.
Decretos que promulgam os acordos internacionais entre o Governo brasileiro e os Organismos Internacionais	Esses documentos são mencionados em Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral (pp. 15 e 16).

Fonte: ABC. Disponível em: < <http://www.abc.mre.gov.br> >. Acesso em: 13 out. 06.

Ao agregar-se ao planejamento estratégico do desenvolvimento e ao implementarem-se atividades conjuntas, a CTI transformou-se em instrumento de política exterior de vários países atrasados. Atingiu essa maturidade nos anos setenta, em termos conceituais práticos, sendo assim entendida pelo Governo brasileiro como: “instrumento moderno, eficaz e indispensável de política externa e meio auxiliar de promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país²¹.

Em 1996, a Agência Brasileira de Cooperação foi integrada à Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, por meio do Decreto nº 2070/96, passando a constituir-se em órgão da Administração Direta, com a finalidade de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o

²¹ SEMINÁRIO SOBRE “A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE”, I, 1989, Brasília. *Agência Brasileira de Cooperação- ABC*. Brasília: MRE, 1989.

desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e entre o Brasil e países em desenvolvimento²².

Portanto, não existia no Brasil um sistema autônomo de CTI, uma vez que todos os órgãos que dela se ocupavam de alguma outra modalidade de cooperação internacional, tais como a cooperação financeira, econômica, empresarial, comercial, científica, acadêmica ou tecnológica.

1.2 O Distrito Federal e a Cooperação Internacional

1.2.1 Histórico

O desenvolvimento humano está ligado à criação de condições propícias nas quais as pessoas possam desenvolver seu potencial e levar uma vida sustentável, de acordo com suas necessidades e interesses. Nada mais é, portanto, do que a disponibilidade de um leque de opções de futuro para as pessoas, onde as mais diversas oportunidades levarão todos a uma vida de valor intrínseco. E essas oportunidades nada mais são do que aquelas que levam à criação da capacidade humana de cada um. A capacidade humana se refere a tudo aquilo que compõe a entidade da pessoa, como, por exemplo, ter vida longa e saudável, educação, e outros recursos necessários para ter uma vida digna e participativa na sociedade²³. O desenvolvimento da capacidade humana de cada indivíduo leva a uma sociedade mais justa e abrangente, e tem como consequência a realização dos mais diversos tipos de desenvolvimento. Resumindo, o desenvolvimento humano objetiva a plena realização da pessoa, ao invés de simplesmente visar a multiplicação de seus bens.

²² ABC. Disponível em:< <http://www.abc.mre.gov.br> >. Acesso em: 13 out. 06.

²³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano 1996*. New York: Oxford University Press, 2001.

Existem diversas formas de se alcançar o desenvolvimento. Este estudo, no entanto, conter-se-á na análise de projetos de cooperação. Os projetos de cooperação funcionam como catalisadores de assistência técnica e tecnológica estrangeiras, trazendo especialistas e experiências a serem aplicadas nas localidades, visando uma forma mais efetiva de se alcançar o desenvolvimento. O que será descrito a seguir está baseado na experiência brasileira no ramo da cooperação para o desenvolvimento.

Para o Governo brasileiro, a cooperação internacional representa um mecanismo que auxilia a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país. Isto se dá através dos projetos de cooperação, por se constituírem um instrumento de promoção do desenvolvimento nacional, através do acesso a técnicas, tecnologias, experiências e conhecimentos, até então disponíveis somente no exterior. Juntamente com as capacidades locais, estes projetos de cooperação ajudam no desenvolvimento baseado em três pontos: melhorias nas instituições que implementam os projetos; melhorias no sistema público e, por fim, conscientização da população quanto ao seu dever perante si própria para alcançar o desenvolvimento²⁴.

A existência de projetos de cooperação internacional se faz de grande importância para o alcance do desenvolvimento, especialmente pelo fato de dar oportunidade de participação à população, direta ou indiretamente, e por aproximar a relação entre os atores em questão, facilitando muitas negociações futuras. No entanto, o ponto mais importante referente à relevância incontestável dos projetos de cooperação está no fato de que “um projeto não visa remediar conjuntamente uma situação mas, sim, deve promover mudanças estruturais que assegurem um passo à frente”²⁵.

²⁴ Agência Brasileira de Cooperação. *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. 2. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2005.

²⁵ *Ibidem*.

Ainda no Governo, outras entidades executivas, não somente de cunho Federal, atuam no comando destas atividades, dando uma participação maior do lado governamental. Estas entidades atuam na execução e controle dos projetos de cooperação, utilizando os investimentos provenientes dos acordos e contando com o apoio dos especialistas e consultores contratados, para a elaboração de relatórios que mostram o avanço obtido graças aos projetos.

O Governo do Distrito Federal tem como objetivo captar recursos provenientes da cooperação internacional, entidades da sociedade civil internacional, e empresas privadas estrangeiras para a consecução dos objetivos gerais, para as ações com interação entre os diversos órgãos e entidades, visando otimizar a oferta de bens e serviços públicos mediante diversificação de fontes e novas formas de gestão com participação da iniciativa privada e do terceiro setor.

Os objetivos específicos são da cooperação no DF:

- Prover o Distrito Federal de recursos de fontes internacionais onerosas e não-onerosas
- Contribuir com recursos de conhecimento, financeiros e gerenciais provenientes da área internacional para o GDF.
- Melhorar a interlocução dos vários órgãos do GDF na preparação de programas e projetos que tem como fonte de recursos a área internacional.
- Oferecer serviços de qualidade de interlocução, prospecção, gerenciamento e avaliação *ex post* em projetos que envolvam recursos internacionais.

O estabelecimento de parcerias entre o setor público e o privado tem sido uma tendência apontada em diversas partes do mundo. Neste mesmo movimento, o GDF pretende

estabelecer relacionamentos produtivos de longo prazo com o setor privado, tanto na atração de investimentos produtivos quanto aqueles relacionados ao marketing social, cultural e ambiental.

A atração de investimentos privados para a criação de bases produtivas guarda sua justificação nos Programas de Desenvolvimento Regional, atualmente, levados a cabo pelo GDF. Os objetivos de criação de postos de trabalho, atração de tecnologias de ponta e aumento da receita tributária podem ser potencializados com a atração de grandes investidores internacionais. Pode-se assim, contribuir com sua *expertise* na identificação e atração de investidores privados em parceria com os demais órgãos do GDF.

O mercado consumidor tem se tornado cada vez mais exigente na escolha dos produtos. As empresas então têm investido em ações de propaganda que incluem gastos com bens públicos, como a preservação do meio ambiente, educação, saúde, inclusão social, espetáculos e produtos culturais.

O GDF poderá assumir o papel de interlocutor com as empresas privadas internacionais para promover a sinergia entre as políticas governamentais e os programas de investimento em marketing social, cultural e ambiental. Uma forma de categorizar os recursos é de acordo com as suas finalidades, este sentido seguem alguns exemplos de áreas de atuação: Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico, Infra-Estrutura, Emprego, Renda e Trabalho, Juventude, 3ª Idade, Questões de Gênero, Educação, Saúde, Segurança Pública e Defesa Social, Agricultura e Pecuária, Administração Pública, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Esporte, Lazer, Turismo, Investimentos Privados, Comércio Exterior, Questões Agrárias, Questões Urbanas, Discriminação Racial.

1.2.2 Regulamentação

A partir da constituição de 1988 com o art. 32 § 2º que se refere à eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais que coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração, facilita a cooperação diretamente com o Governador. Antes disso o Governador do DF era indicado pelo Presidente da República.

A Câmara Legislativa foi criada após intensa luta pela autonomia política do Distrito Federal. Durante 26 anos, os habitantes do DF não puderam eleger seus representantes locais. Em 1986 este direito básico da cidadania foi exercido pela primeira vez com a eleição dos primeiros deputados federais e senadores para representar a cidade no Congresso Nacional..

A Câmara Legislativa do Distrito Federal está entre as mais novas casas legislativas do País. Como o DF absorve as funções de estado e de município, sua Casa Legislativa é também a mais diferente, a começar pelo nome, que traduz um misto de Assembléia estadual e Câmara municipal. É determinado pelo artigo 27 da Constituição Federal que da Câmara Legislativa deve ser composta por 24 deputados distritais e corresponde ao triplo do número de deputados federais do DF.

1.2.3 Quadro Atual

Buscando dar uma nova dinâmica aos investimentos do setor público, o Governo do Distrito Federal tomou uma medida pioneira em termos de Administração Pública: criou a Secretaria de Estado de Captação de Recursos Financeiros (SECAP), que tem por missão

captar recursos das mais diversas fontes, para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do DF.

A criação da SECAP reflete a visão estratégica em destacar um grupo de servidores com o objetivo de buscar recursos e assim gerar condições financeiras, para que as ações programadas pelo GDF possam alcançar todos os cidadãos do Distrito Federal.

Em menos de um ano de trabalho, a SECAP já desenvolveu diferentes ações com o objetivo de ampliar o volume de recursos financeiros para a implementação e ampliação de programas e projetos do GDF. A atuação da Secretaria está voltada para a captação junto aos mais diversos tipos de instituições, sejam nacionais como, por exemplo, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Orçamento Geral da União (OGU), ou internacionais, com destaque para o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), os Fundos Internacionais e as Embaixadas.

O constante monitoramento de fontes alternativas de recursos, em especial de recursos não-onerosos, também faz parte da rotina de trabalho da SECAP. Entre as principais ações destacam-se as iniciativas de captar recursos em fundos de investimento ambientais, tais como o Fundo Global Ambiental (GEF) e no Mercado de Crédito de Carbono.

A criação da Secretaria também tem facilitado a comunicação e o acompanhamento dos projetos em fase de captação, além disso, o DF é o único Estado que possui uma secretaria própria para cooperação, o que facilita muito. Os agentes financeiros passaram a ter

um referencial específico que, juntamente com a interação entre as demais instituições do GDF e a SECAP, resultou na otimização em aplicação dos recursos.

As ações da SECAP são sempre no sentido de somar esforços com as demais entidades do Governo e concentram-se nas áreas de infra-estrutura (transporte e saneamento), social (fortalecimento de comunidades de base, geração de emprego e renda, cultura, esporte e lazer), institucional (fortalecimento do Estado), turismo e meio ambiente.

A meta é contribuir para que o Distrito Federal seja reconhecido, nacional e internacionalmente, como um exemplo de eficiência, eficácia e efetividade na captação e aplicação de recursos financeiros para os investimentos do GDF.

2 OS PRINCIPAIS ATORES NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Foram analisados, no capítulo anterior, alguns conceitos básicos sobre o histórico de cooperação e desenvolvimento, além dos conceitos de cooperação e sua importância. Este capítulo tratará dos principais atores da cooperação internacional no Distrito Federal.

A idéia deste capítulo é analisar quais são os atores que doadores e receptores de recursos provenientes da cooperação internacional.

2.1 Grupo Doador

As áreas de atuação tomam como foco as instituições, que serão aqui tratadas como fontes. Neste sentido, trata-se de entidades de Organismos Internacionais (1º setor – governos e entidades governamentais, como países e Organismos Internacionais), de Organismos Nacionais (2º setor – privados em busca de investimentos lucrativos ou de ações de *marketing* cultural, social e ambiental) – e de Organizações Não Governamentais (3º setor – organizações não governamentais e fundações internacionais). A segunda forma é a classificação de acordo com as finalidades dos recursos, ou seja, se estarão, por exemplo, voltados para questões de gênero, inclusão social, infra-estrutura e outros.

Desta forma, os projetos de captação a serem desenvolvidos terão necessariamente uma vinculação com uma instituição de origem e um objeto definido, seja este da esfera econômica, infra-estrutura ou social.

2.1.1 Organismos Internacionais

Os recursos poderão ser originados de órgãos de cooperação multilateral, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências da ONU, bilateral, como agências de desenvolvimento internacional e embaixadas de países.

A cooperação multilateral é aquela estabelecida com instituições criadas por meio de acordos, tratados ou convenções internacionais multilaterais. Entre estes podemos citar a criação do Banco Mundial pelas negociações em *Bretton Woods* após a II Guerra Mundial, entre outros.

A seguir, estão elencados alguns parceiros da cooperação multilateral no Brasil, atuante no DF.

Quadro 2.1 - Organismos Internacionais

ORGANISMOS INTERNACIONAIS	ÁREA DE ATUAÇÃO	ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR
BID	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Econômico e Social; • Desenvolvimento Urbano; • Meio Ambiente (conservação de recursos materiais, controle da poluição, educação ambiental). 	Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 08/04/59, promulgado pelo Decreto Legislativo n.º 18, de 30/12/59.
OIMT	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Florestal Sustentável; • Produção, Mercado e Comercialização de Madeira; • Indústria Florestal 	Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, de 26/01/94, promulgado pelo Decreto n.º 89, de 05/11/97.

	<ul style="list-style-type: none"> • Informação Econômica de Mercado. 	
PNUD	<ul style="list-style-type: none"> • Governança (Administração Pública, Políticas Públicas contra a Pobreza, Direitos Humanos, etc.); • Desenvolvimento Local; • Proteção e Recuperação do Meio Ambiente (Conservação de Recursos Naturais, Impacto Ambiental, Biodiversidade, Camada de Ozônio, Energias Alternativas, ect.). 	Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, de 29/12/64, promulgado pelo Decreto n.º59.308, de 23/09/66.
IICA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Rural Sustentável; • Recursos Naturais e Produção Agropecuária; • Sanidade Agropecuária. 	Acordo Básico Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais, de 1984.
OEA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Rural Sustentável (inclui Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Recursos Hídricos); • Educação; • Cultura; • Ciência e Tecnologia. 	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria Geral da OEA. Sobre o Funcionamento do Escritório da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, de 23/02/88, que prevê o desenvolvimento de atividades referentes à prestação de serviços diretos e de cooperação técnica da Organização no Brasil, em prol do desenvolvimento econômico,

		social, educacional, científico, tecnológico e cultural do país e o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Secretaria- Geral da OEA (em negociação).
--	--	--

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação. *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. 2.ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2005.

A cooperação bilateral é aquela estabelecida entre dois países dentro dos marcos acertados nos acordos bilaterais. As instituições que compõem o campo das relações bilaterais são as agências de desenvolvimento internacional de países estrangeiros, principalmente, e as embaixadas, que, possuindo um papel mais voltado para a representação política, têm uma participação secundária e limitada a programas nacionais de assistência e não de cooperação.

Os principais parceiros da cooperação bilateral no âmbito da captação de recursos financeiros para o DF são:

Quadro 2.2 - Cooperação Bilateral

PAÍS	ÁREAS DE ATUAÇÃO
Japão	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura; • Indústria; • Meio Ambiente; • Saúde; • Transporte; • Energia.

Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Desenvolvimento Regional Integrado; • Saúde; • Organização Comunitária; • Capacitação Profissional; • Agricultura; • Relações de Gênero.
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma de Estado; • Meio Ambiente; • Saúde; • Social (Educação, Direitos Humanos).
Itália	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura; • Indústria; • Meio Ambiente; • Saúde; • Social.
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> • Meio Ambiente; • Infra-estrutura (Desenvolvimento profissional, turismo, agricultura, etc.); • Administração Pública.

Fonte: A própria.

O processo de captação de recursos junto à agências internacionais, muitas vezes, precisa da aprovação ou do envolvimento do Governo brasileiro. Elas podem representar governos estrangeiros, como, por exemplo: CIDA (Canadá), USAID (Estados Unidos), GTZ (Alemanha) ou órgãos internacionais, como: PNUD, Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

2.1.2 Organismos Nacionais

O estabelecimento de parcerias entre o setor público e o privado tem sido uma tendência apontada em diversas partes do mundo. Neste mesmo movimento pretende-se estabelecer relacionamentos produtivos de longo prazo com o setor privado, tanto na atração de investimentos produtivos quanto naqueles relacionados ao marketing social, cultural e ambiental. A atração de investimentos privados para a criação de bases produtivas guarda sua justificação nos Programas de Desenvolvimento Regional. Os objetivos de criação de postos de trabalho, atração de tecnologias de ponta e aumento da receita tributária podem ser potencializados com a atração de grandes investidores internacionais.

O mercado consumidor tem se tornado cada vez mais exigente na escolha dos produtos. As empresas então têm investido em ações de propaganda que incluem gastos com bens públicos, como a preservação do meio ambiente, educação, saúde, inclusão social, espetáculos e produtos culturais.

A solicitação de recursos para empresas deve estar baseada na clareza da proposta e no detalhamento da divulgação do projeto para a entidade. Não raro, as empresas apoiam entidades em troca de divulgação. É necessário, então, que a entidade tenha um estudo prévio de quais benefícios irá oferecer às empresas. Isso inclui, muitas vezes, custos que não estavam previamente orçados (faixas, coquetéis de lançamento, entre outros.).

Uma empresa pode apoiar uma entidade se perceber que esta tem credibilidade e se a causa é realmente importante. Assim ainda, isto não significa necessariamente o apoio irrestrito da empresa. Mais uma vez se deve ressaltar que quando solicitar recursos para uma empresa está, na verdade, falando com pessoas. Estas podem se entusiasmar com a causa ou achá-la pouco importante. Pode ocorrer, também, de não haver empatia entre o solicitante e o

profissional da empresa, ou, pelo contrário, pode ocorrer um relacionamento bastante prazeroso.

Quando se encontra um defensor dentro da empresa, tem-se um aliado que auxiliará a apresentar da melhor forma o projeto lá dentro. Muitas vezes, esse defensor é a secretária do Diretor ou o próprio.

Claro que não se deve ater-se no relacionamento por si só. É necessário apresentar claramente a missão da entidade, os projetos que desenvolvem cartas de apoio, recursos já obtidos, gráficos, relatórios e informativos.

O investimento que esta empresa pode fazer é uma ferramenta do *marketing* para potencializar publicamente seus produtos ou serviços. Para isto é importante que sua entidade estude a empresa que vai visitar e encontre ligação entre o que está sendo comercializado e o que sua entidade desenvolve. Dentro dessa lógica, a clareza da solicitação é primordial.

Vale a pena também priorizar as empresas que se localizam na região de atuação de sua entidade. Toda comunidade ao redor deve conhecer a entidade e isto inclui as fábricas, lojas e escritórios próximos.

2.1.3 Organizações Não Governamentais

Esse setor é formado por organizações que, não sendo governamentais, possuem ações voltadas para o interesse público ou de grupos específicos. Este tipo de entidade tem tomado um papel cada vez mais importante a partir da década de 90. Ao redor dessas entidades está reunida uma série de recursos de conhecimento, dada à alta especialização dos recursos

humanos, de gerenciamento e financeiros, que são coletados, tanto do setor público quanto diretamente da sociedade.

As organizações não governamentais são um grupo muito heterogêneo que inclui entidades como sindicatos, redes de tráfico internacional de entorpecentes e grupos ambientalistas. De uma forma geral, são entidades especializadas em determinados setores como meio ambiente, inclusão social, questões de gênero, meio ambiente e outros. São geralmente fontes interessantes de recursos de conhecimento e gerenciamento, ainda que possam estar diretamente engajadas em políticas partidárias.

Fundações são uma forma específica de ONG's que possuem uma fonte de capital próprio. Normalmente, contam com um quadro técnico altamente capacitado, com agendas próprias e bem definidas.

Quadro 2.3 - Fundações Internacionais

ORGANISMOS INTERNACIONAIS	ÁREAS DE ATUAÇÃO
<i>Bill and Melinda Gates Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de saúde: <ul style="list-style-type: none"> - AIDS - Tuberculose - Malária
<i>The Ford Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da Comunidade; • Paz e Justiça Social; • Parcerias Internacionais.
<i>The David and Lucile Packard Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Controle e Conservação Populacional.
<i>The Rockefeller Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança;

	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde; • Desenvolvimento Social.
<i>John D. and Catherine T. MacArthur Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Global e Sustentabilidade; • Controle Populacional; • Direitos humanos; • Conseqüências Econômicas da Globalização; • Conservação da Biodiversidade; • Políticas de Pesquisas de HIV/AIDS, Mortalidade Infantil, etc.
<i>The William and Flora Hewlett Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação.
<i>The Andrew W. Mellon Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Controle Populacional.
<i>Charles Stewart Mott Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Programas Sociais; • Direitos Humanos.
<i>W. K. Kellogg Foundation</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Juvenil

Fonte: Própria.

As fundações são criadas com o propósito principal de apoiar as atividades filantrópicas. Normalmente, possuem profissionais que trabalham diariamente e freqüentemente compreendem muito bem o sentido do terceiro setor. A maioria delas tem um processo de solicitação padrão que pode ser obtido através da *home-page* (página na internet da fundação) ou por um pedido simples por telefone ou carta. A maioria delas possui modelos de formulários de solicitação de recursos com apresentação de justificativa, objetivo e avaliação de resultados. Diferentemente das empresas, as fundações buscam resultados

próximos às políticas públicas e não há, necessariamente, a preocupação da divulgação do seu nome como financiador. Os projetos costumam ser de um a três anos e os recursos visam contribuir para a busca da auto-sustentação financeira.

2.2 Grupo Receptor

A CTI desperta grande interesse em um amplo segmento da sociedade, incluindo setores governamentais, ONGs e o público em geral, por possibilitar um acesso mais ágil a tecnologia, conhecimento, informação e capacitação. Neste sentido, se estará tratando de entidades Governamentais (Esfera Municipal, Estadual ou Federal) - e de Organizações Não Governamentais (3º setor – organizações não governamentais ou Grupos de Ações Sociais). A segunda forma é a classificação de acordo com as finalidades dos recursos, diferentemente das ONGs citadas anteriormente estas pertencem ao grupo receptor, são as que receberam recursos.

2.2.1 Governamentais

Indiretamente, todas as organizações sem fins lucrativos de utilidade pública já recebem um certo financiamento do Estado, através de determinadas isenções. Apesar disso, hoje tem-se reduzido peso do financiamento governamental nas ações das Organizações Sociais Civis (OSCs). No conjunto das organizações do terceiro setor, o Governo responde por 14,5% das contribuições. Os recursos provenientes do governo podem vir de duas formas básicas: convênios e concursos públicos. No caso dos convênios se estabelece uma parceria

entre a entidade e a instância governamental (geralmente o município ou o Estado). Em geral, esses convênios estão vinculados à área da infância (creches, abrigos e centros de juventudes), até porque seguem requisitos constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse conceito de convênio deve passar a funcionar também para museus e escolas. É importante ressaltar que um convênio é na verdade uma prestação de serviços. Trata-se da terceirização de uma obrigação do Governo em que este remunera uma organização sem fins lucrativos para prestar determinados serviços à comunidade.

Dentro da lógica da captação de recursos, mostrar aos potenciais doadores que a entidade tem um convênio com a prefeitura ou outra esfera governamental significa comprovar que o Governo confia nos serviços prestados. Outra forma de obtenção de recursos governamentais é por meio de contratos, ou de financiamentos específicos de entidades do Governo como ministérios e secretarias. É importante se relacionar e conhecer bem a instância governamental vinculada à causa do seu projeto, pois muitas exigem recursos específicos que estão à espera de solicitante. A internet mais uma vez, acaba auxiliando nessa busca. Por exemplo, no Ministério do Trabalho existem recursos para a captação profissional que podem ser repassados a entidades que atuam com a profissionalização de jovens marginalizados. Trata-se do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Tais recursos financiam cursos de reciclagem profissional que se enquadram perfeitamente com a missão de várias entidades.

O Governo da Bahia é um ótimo exemplo porque possui uma secretaria de planejamento com uma superintendência de cooperação técnica e financeira para o desenvolvimento. Essa secretaria representa uma entidade governamental receptora. Assim como o Acre, o Espírito Santo, o Distrito Federal, o Rio Grande do Sul, entre outros.

2.2.2 Organizações Não Governamentais ou Grupos de Ações Sociais

Além das fontes de financiamento já mencionadas, os recursos para as organizações sem fins lucrativos podem vir, também, de duas outras origens: projetos de geração de renda e eventos especiais. Os eventos podem ter várias funções: divulgar sua causa, captar recursos, divulgar sua missão e seus projetos e reconhecer doadores e voluntários, bem como captar novos voluntários. A chamada auto-sustentabilidade é, para muitos financiadores, sinônimo de projetos de geração de renda. Muitas organizações tendem a desenvolver projetos que possam gerar receita própria e, se possível, que seja fonte principal de recursos. Entre as organizações sem fins lucrativos, 68,3% dos recursos que as financiam vêm de receitas próprias, como taxas de associados ou venda de bens e serviços no mercado ou rendimentos de patrimônio. Neste grupo estão inseridos hospitais e escolas que geram grande parte de seus recursos através de mensalidades ou taxas pagas pelos serviços médicos.

Segue alguns exemplos de algumas Organizações Não Governamentais que atuam no Distrito Federal:

- ABRACE – Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Hemopatias
- AEC - Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia
- AFMA - Ação Social Comunitária
- AREBRA – Associação dos Renais de Brasília
- Grupo Arco-íris - Associação Brasiliense de Combate a Aids
- Associação Brasiliense de Deficientes Visuais
- Associação dos Portadores de Deficiência do DF

- Associação Patrulha Ecológica

3 MODALIDADES E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

Após uma lista dos principais atores atuantes no Distrito Federal, é necessário avaliar os esforços práticos.

Neste terceiro e último capítulo, algumas modalidades e instrumentos de cooperação serão analisadas, no âmbito do Distrito Federal. Será apresentado as diferentes formas de assistência, além dos instrumentos de cooperação.

3.1 Assistência Técnica e Material

Embora o Brasil possua recursos e vontade política para reduzir a pobreza e a desigualdade, os países doadores têm um papel importante a desempenhar, facilitando e acelerando o ritmo das mudanças. Os países doadores podem servir como aliados estratégicos de indivíduos e instituições brasileiras comprometidas com as reformas, pois conseguem, com freqüência, mobilizar o apoio de várias outras fontes. As abordagens e modelos institucionais que foram usados com êxito em outros países também podem contribuir para aumentar a eficácia das principais reformas no Brasil.

O mecanismo de transferência de tecnologia foi criado para apoiar o desenvolvimento em países de renda média. Esse mecanismo de transferência é um programa “de ponta” que estimula o comprometimento e a participação ativa de todos os parceiros. Conclui-se também que o potencial de resultados no âmbito do mecanismo de transferência de tecnologia era impressionante.

A assistência técnica diferentemente de tecnologia é pode ser considerado como transferência de tecnologia. A tecnologia refere-se à abordagens ou modelos que reúnem conhecimentos, metodologias e experiências específicas. Já a transferência de tecnologia diz respeito ao compartilhamento destas abordagens com instituições parceiras que tenham interesse e capacidade para adaptar com êxito esse conhecimento ao contexto brasileiro, no intuito de enfrentar os prementes desafios do desenvolvimento. Os projetos que recebem apoio envolvem treinamento, intercâmbios técnicos e outros serviços de consultoria em áreas onde as instituições possuem grande capacidade para responder às prioridades dos brasileiros.

Ao falar de assistência material devemos citar a contrapartida, doações e empréstimos especiais. Uma forma de cooperação utilizada pelo Japão é a doação de equipamentos.

3.1.1 Financeiros

A contrapartida é a aplicação de recursos próprios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em complemento aos recursos alocados pela União, com o objetivo de compor o valor de investimento necessário à execução do projeto, em conformidade com a legislação vigente e na forma previamente definida.

A contrapartida será sempre constituída por recursos financeiros e/ou bens e serviços, correspondentes a itens que compõem o valor do investimento, respeitado o cronograma físico-financeiro que vier a ser estabelecido para o projeto.

A proporção da contrapartida mínima exigida para participação será estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo como limite mínimo e máximo os definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A contrapartida pode ser orçamentária ou de empréstimos. A orçamentária é de acordo com o Orçamento da União – LOA (Lei de Orçamento Anual). O orçamento público é basicamente o instrumento por meio do qual o governo extrai recursos da sociedade e os injeta em áreas selecionadas. Esse processo redistributivo não é neutro do ponto de vista da eficiência econômica e da trajetória de desenvolvimento de longo prazo. Tanto os incentivos microeconômicos e setoriais, quanto as variáveis macroeconômicas relativas ao nível de inflação, endividamento e emprego na economia são diretamente afetados pela gestão orçamentária. E a de empréstimos é designada pelo órgão proponente, pode ser por meio de locação de recursos humanos, material, equipamentos, entre outros.

A contrapartida, quando exigida, deverá ser estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo por limites os percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Dentro das faixas, cada Ministério ou órgão federal poderá fixar sua exigência de contrapartida. Conseqüentemente, faz-se necessário ao proponente examinar, com base na população do Município e na tabela de contrapartidas do órgão transferidor, o percentual da contrapartida mínima com que deverá participar.

3.1.2 Doações e Empréstimos Especiais

Os programas de cooperação técnica podem ser não reembolsáveis (doações), reembolsáveis (empréstimos). Os países com renda per capita relativamente baixa são candidatos ao financiamento. Os financiamentos são definidos em geral com base no setor de atividade ao qual se destina o projeto e no grau de desenvolvimento relativo da região, país ou países envolvidos.

Cooperação técnica pode ser com financiamento não reembolsável ou doações, subsídio doado para que o país membro em desenvolvimento financie atividades de cooperação técnica. Esse tipo de cooperação destina-se especificamente aos países menos desenvolvidos da região e àqueles cujos mercados financeiros não atendem a suas necessidades. Um outro tipo de cooperação técnica são os empréstimos financiados em atividades de cooperação técnica com razoáveis possibilidades de receber empréstimos do Banco ou de outra instituição de crédito.

As doações do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIM) apóiam intervenções de pequena escala, dirigidas, que funcionam como pilotos para novas abordagens e agem como catalizadores de reformas maiores. O Fumin é atualmente a maior fonte de doações para assistência técnica voltada ao desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe.

Dependendo do escopo exato do projeto proposto, o Fumin pode fornecer recursos para organizações tanto do setor público como do privado. As agências do setor privado podem incluir organizações não governamentais, associações de classe, câmaras de comércio, etc., desde que não tenham fins lucrativos.

São concedidos diferentes tipos de empréstimos para projetos de investimento públicos e privados na América Latina e no Caribe. Os projetos geralmente concentram-se em determinado setor ou subsetor do desenvolvimento como, por exemplo, um programa de reforma do ensino, um programa de distribuição e transmissão de eletricidade ou um programa de segurança pública; financiamentos de grupos de obras do mesmo tipo, porém fisicamente independentes, cuja viabilidade independe da implementação de outros projetos; financiamentos concedidos a Instituições Financeiras Intermediárias (IFIs) ou entidades similares dos países mutuários para repasse aos mutuários finais (ou sub-mutuários) para financiamento de projetos multissetoriais, entre outros.

3.2 Instrumentos de Cooperação

A definição de instrumentos e mecanismos adequados para a implementação da cooperação internacional são objetos de atenção especial. O principal instrumento de definição das intervenções propostas e de planejamento das ações de cooperação é o projeto, consubstanciado em documento que registra os fins almejados e os meios necessários para sua consecução, além da lógica da intervenção (marco lógico, hipóteses feitas, riscos assumidos, responsabilidades compartilhadas, etc.).

O Projeto de Cooperação Técnica (PCT) deverá conter todas as informações necessárias sobre o escopo do trabalho que se pretende desenvolver, iniciando-se pela correta identificação do problema que motivou sua concepção, além das estratégias, objetivos e resultados que delimitarão sua futura execução.

Sendo o projeto o instrumento por excelência para o correto planejamento e gerenciamento do trabalho a ser implementado, a metodologia de sua elaboração passou a ser amplamente utilizada por diversas entidades atuando na área técnica.

As especificidades de cada modalidade de cooperação - financeira, técnica, científica, tecnológica, etc. - ditaram o uso mais intenso de um ou outro mecanismo de apoio. No caso da CTI, pela sua própria característica de transferência de conhecimentos, sem qualquer conotação comercial, foi dada ênfase à consultoria especializada, ao treinamento/capacitação de pessoal e à complementação da infra-estrutura disponível na instituição receptora.

3.2.1 Cursos e Treinamentos

A cooperação recebida multilateral se materializa por meio de seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, projetos preparatórios e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitados recursos humanos e adquiridos bens e serviços, mobilizáveis em escala mundial a partir do amplo espectro de Organismos Internacionais com atuação, em praticamente, todas as áreas do conhecimento. O caráter multilateral dessa vertente da Cooperação Internacional é assegurado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos referidos organismos.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação podem envolver o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos Organismos Internacionais e pelas

instituições nacionais, em diferentes proporções. Uma terceira origem de recursos são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

Os projetos em execução concentram-se nos setores de educação, saúde, administração pública, energia, meio ambiente, telecomunicações, informática, agricultura, indústria, serviços, desenvolvimento social (incluindo trabalho, gênero e minorias), comércio exterior, aviação civil e desenvolvimento regional.

A capacitação de recursos humanos é de suma importância para o desenvolvimento dos países e de macro-regiões. O Governo japonês e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) realizam treinamentos de capacitação de técnicos estrangeiros, buscando incrementar os conhecimentos e habilidades técnicas dos países. Os cursos são realizados em várias áreas objetivando a contribuição significativa para solucionar problemas dos países em desenvolvimento e contribuir para a promoção do entendimento mútuo e amizade entre os povos.

O Governo japonês oferece ao Governo brasileiro, em âmbito de Cooperação Internacional, cerca de 400 cursos dentre os quais aproximadamente 100 são de interesse do Brasil. São divididos por grupos – Realizados no Japão ou realizados em Terceiros Países – e subgrupos - Treinamento em Grupo, por País ou de Longo Prazo, ou Cursos Internacionais realizados em países de língua portuguesa ou espanhola.

No anexo 1, é apresentado os cursos em andamento ou em negociação oferecidos pela JICA.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou demonstrar a importância da cooperação para o alcance do desenvolvimento, nos mais diversos aspectos no Brasil e principalmente no Distrito Federal. Foi demonstrado durante o trabalho a otimização da oferta e serviços públicos, mediante a diversificação das fontes e da interação do Governo do Distrito Federal com os diversos órgãos e entidades. Além de mostrar possíveis áreas de atuação internacional em Brasília, ou em outros municípios do Brasil. Desta forma, foram listadas algumas maneiras de como a cooperação atua na busca pelo desenvolvimento, seja através de projetos, de iniciativas ou de campanhas gerenciadas por entidades de cunho nacional ou internacional.

Foram consideradas duas hipóteses, as quais foram confirmadas. A primeira a qual se refere à Cooperação Internacional como uma forma viável de promover o crescimento econômico e aumentar o desenvolvimento social do Distrito Federal, e a segunda que diz, que a participação dos principais atores, gera um fortalecimento em preparação de projetos, uma vez que as parcerias sejam adequadamente realizadas.

A promoção do crescimento econômico é estabelecido por meio de relacionamentos produtivos de longo prazo. O estudo mostrou o funcionamento dos projetos de cooperação na busca pelo desenvolvimento local, dando um papel de grande responsabilidade para a sociedade, de modo a garantir a eficiência dessas iniciativas.

De acordo com a Secretaria de Captação, o trabalho voltado para a formação de “rede de contato” tem sido fundamental para o bom desempenho de sua equipe. Formar parcerias permite chegar nas informações desejadas e nos resultados de forma rápida e eficaz, assim,

sabe-se onde e quem tem a informação necessária no processo de captação dos recursos, racionalizando atividades que poderiam se dispersar no dia-a-dia dos órgãos executores. Dessa forma é gerada um fortalecimento em preparação de projetos.

A ajuda financeira, o apoio técnico, a formação de recursos humanos, os processos de transferência de tecnologia, a doação de equipamentos e materiais, entre outros mecanismos, foram, e continuam sendo, amplamente utilizados na operacionalização da cooperação.

O GDF poderá assumir o papel de interlocutor com as empresas privadas internacionais para promover a sinergia entre as políticas governamentais e os programas de investimento em marketing social, cultural e ambiental.

Como resultado, obteve-se, junto aos financiadores e demais entidades interessadas, maior agilidade na condução técnica e burocrática dos procedimentos pertinentes à captação de recursos.

Tornou-se nítida a importância da participação da sociedade no andamento das atividades, buscando resultados mais nítidos e abrangentes a toda a população. A Cooperação Internacional gera uma elevação do nível de conhecimento, tanto das pessoas envolvidas no projeto quanto da população.

Com a realização deste estudo, percebe-se que os projetos de cooperação são de suma importância para o desenvolvimento local. Entretanto, essa não é a única forma de promover o desenvolvimento. O projeto não visa remediar conjuntamente uma situação, mas, promover mudanças estruturais que assegurem um passo à frente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasileira de Cooperação. *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. 2.ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2005.

AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (CIDA). *Fundo para Transferência de Tecnologia Canadá-Brasil Fase II*. Canadá, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Diretrizes gerais para o desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional multilateral*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2000.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Curso de Direito. *Manual de elaboração de monografias*. Brasília, 2002.

CERVO A. L. & Bueno C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CERVO A. L. (org) *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CERVO A. L. Dos tendencias de la política exterior del Brasil desde los años treinta, in: Sanchez J. N. (org) *Política Exterior y Proyectos de Integración*. Quito: Ed. Nacional, p. 171-184, 1992.

CERVO, Amado Luiz. *Socializando o Desenvolvimento: uma historia da Cooperação Técnica Internacional do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional. nº37. Brasília: UNB, 1994.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 1989, Brasil. *Documento Nacional do Brasil*. Brasília: MRE, 1978.

DOMERGUE M. *Technical Assistance: Theory, Practice and Policies*. New York: Praeger, 1968.

ESTRAVIZ, Marcelo & CRUZ, Célia. In “Captação de diferentes recursos para organizações da sociedade civil”. São Paulo: Global, 2000. (coleção Gestão e Sustentabilidade).

FUCHS Y. *A cooperação: ajuda ou neocolonialismo*. Lisboa: Estampa, 1974.

FUNCEX - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. *Estudo do Sistema Interministerial de Cooperação Técnica*. Rio de Janeiro, v. I, p. 1-10, 1985.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GONZÁLEZ, Guadalupe G. Limites e possibilidades de cooperação bilateral na questão das drogas na era de parceria econômicas. In: *Política Externa*. Vol. 9. nº 3. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

GRUPO BANCO MUNDIAL (BIRD). *Um Brasil Mais Justo, Sustentável e Competitivo*. Estratégias de Assistência ao País 2004-2007.

HAAS, Ernst. *Adaptation and Learning in International Organizations*. Berkeley: Institute of International Studies, 1987.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony, Cooperation and Discord um the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

_____. *International Institutions and State Power*. Boulder: Westview Press, 1989.

LINDBLOM, Charles E. *The Intelligence of Democracy*. Free Press, 1985.

MENDES T. *Ajuda ou recolonização? As lições de um fracasso*. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

PEREIRA M. V. (org) *Cooperação Internacional*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

PINTO-AGUERRO C. Relaciones entre cooperación técnica y desarrollo de los países, in: Montes I. R.(org) *Cooperación Internacinaly y Desarrollo*. Santiago, p. 125, 1978.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Desenvolvimento Humano 1996*. New York: Oxford University Press, 2001.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Coleção Relações Internacionais, IBRI, 2002.

SCARABOTOLO H. A. *A cooperação internacional em Educação, ciência e Cultura*. Rio de janeiro, MRE, 1968.

SEMINÁRIO SOBRE “A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE”, I, 1989, Brasília. *Agência Brasileira de Cooperação- ABC*. Brasília: MRE, 1989.

UNDP - United Nations Development Programme, *Programme Evaluation*. Genebra, p.2, 1992.

UNDP - United Nations Development Programme, *The Buenos Aires Plan of Action for Promoting and Implanting Technical Co-operation among Developing Countries*. New York, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 1. Ed. Curitiba: UFPR. 1995.

_____. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 2. Ed. Curitiba: UFPR. 1995.

_____. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 4. Ed. Curitiba: UFPR. 1995.

_____. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 6. Ed. Curitiba: UFPR. 1995.

_____. *Normas para apresentação de documentos científicos*. 9. Ed. Curitiba: UFPR. 1995.

VIGEVANI T. *Terceiro Mundo; Conceito e História*. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI P. G. F. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

YOUNG, Oran. “Hitting the Mark – international environmental agreements” in: *Environment*. Issue of October, 1999.

Sites consultados:

AGÊNCIA BRASILEIRA COOPERAÇÃO (ABC). Disponível em: <<http://www.abc.mre.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2006.

AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (CIDA). Disponível em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca>>. Acesso em: 10 out. 2006.

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO (JICA). Disponível em: <<http://www.jica.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em 20 set. 2006.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org>>. Acesso em: 20 set. 2006.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.districtofederal.df.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2006.

INTERLEGIS . Disponível em: <<http://www.interlegis.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2006.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 13 out. 2006.

ANEXOS

Anexo 1- Cursos da JICA

Curso	Dados
1) Curso Internacional para Formação de Técnico em Parataxonomia Vegetal	Período de Execução: 2006 – 2010 (Em negociação) Instituição Brasileira: Museu Paraense Emílio Goeld - MPEG Número de Participantes: Brasil (5) e Exterior (15) – Total de 20 Conteúdo do Curso: Transferir aos participantes as técnicas de parataxonomia das plantas existentes na região Amazônica.
2) Curso Internacional de Treinamento em Técnicas de Tratamento de Esgoto Domésticos	Período de Execução: 2005 - 2009 Instituição Brasileira: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior (15) – Total de 18 Conteúdo do Curso: Conhecimento sobre método básico de monitoramento da poluição ambiental resultante do tratamento do esgoto doméstico e gestão de tratamento de esgoto doméstico.
3) Curso Internacional sobre Doenças Tropicais	Período de Execução: 2006 – 2010 Instituição Brasileira: Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – LIKA/UFPE Número de Participantes: Exterior (10) – Total de 10 Conteúdo do Curso: Principais formas e sintomas das doenças tropicais, análise de dados, metodologia de experiências biológicas, etc.
4) Curso Internacional sobre Infecções Oportunistas no Paciente HIV/AIDS	Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior (12) – Total de 15 Conteúdo do Curso: Teoria da infecções oportunistas no paciente AIDS (bactéria, vírus, tuberculose), vacinas e imunobiologia aplicada, diagnose das hepatites A e B, tratamento e clínica, principais doenças psiquiátricas, etc)

<p>5) Curso Internacional de Capacitação em Tecnologias Agroflorestais</p>	<p>Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – CPATU/EMBRAPA Número de Participantes: Total de 20 (previsto) Conteúdo do Curso: Teoria (sistemas agroflorestais, ciências biológicas, ciências sócio-econômicas, metodologia de transferência de tecnologia), prática (prática de sistemas agroflorestais na região de Tomé-açu) e visitas (realizar visitas técnicas em Rondônia, Pará, Mato Grosso)</p>
<p>6) Curso Internacional de Treinamento no Diagnóstico das Parasitoses dos Animais de Produção</p>	<p>Período de Execução: 2005-2009 Instituição Brasileira: Escola de Medicina Veterinária – Universidade Federal da Bahia – MEV/UFBA Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior(14) – Total de 17 Conteúdo do Curso: Educação, pesquisa e orientação técnica sobre a relação entre a saúde humana e animal. Treinamento sobre técnicas imunológicas e bioquímicas, e diagnóstico de doenças parasitárias objetivando a formação de especialistas.</p>
<p>7) Curso Internacional de Treinamento em Sistemas de Automação da Manufatura</p>	<p>Período de Execução: 2003 - 2007 Instituição Brasileira: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Regional de São Paulo – SENAI/SP Número de Participantes: Brasil (0) e Exterior (13) – Total de 13 Conteúdo do Curso: CAD/CAM, DND, FMS, Engenharia Robótica e visitas técnicas.</p>
<p>8) Curso Internacional de Treinamento de Técnicas de Salvamento e Socorrismo</p>	<p>Período de Execução: 2005 –2009 Instituição Brasileira: Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul – BM/RS Número de Participantes: Brasil (4) e Exterior (12) – Total de 16 Conteúdo do Curso: Sistema de Bombeiros do Brasil, gestão de segurança, prática e teoria sobre socorrismo, prática e técnica de uso de equipamentos, prática e teoria sobre técnica de busca. Ao final no curso será estruturada uma rede de comunicação para troca de informações entre os instrutores e participantes.</p>

<p>9) Curso Internacional de Treinamento em Desenvolvimento de Imunobiológicos para Saúde Pública</p>	<p>Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Instituto Butantã Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior (12) – Total de 15 Conteúdo do Curso: Manejo e manutenção de animais em cativeiro (serpentes, aranhas, escorpiões, e lepdópteros) de interesse em saúde pública, preparação de antígenos peçonhentos, processamento e purificação de plasmas hiperiunes, instalações de produção e controle de biológicos, produção e controle de animais de laboratório, produção controle e desenvolvimento de soros e vacinas bactriansas e virais, aspectos clínicos e tratamento dos envenenamentos e vigilância epidemiológica.</p>
<p>10) Curso Internacional de Treinamento em Sistemas de Trens Urbanos</p>	<p>Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Empresa Brasileira de Trens Urbanos – TRENSURB Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior (12) – Total de 15 Conteúdo do Curso: Melhorar a teoria e o conhecimento sobre a tecnologia atual utilizado na operação do sistema de trens urbanos, utilizando esses conhecimentos para a transferência de tecnologia para os países da América Latina.</p>
<p>11) Curso Internacional de Práticas em Gestão Urbana</p>	<p>Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC Número de Participantes: a definir Conteúdo do Curso: Melhorar o nível dos técnicos de gestão urbana, e conseqüentemente aprimoramento da gestão urbana nos países dos participantes.</p>
<p>12) Curso Internacional de Treinamento em Produção de Hortaliças</p>	<p>Período de Execução: 2006 - 2010 Instituição Brasileira: Centro Nacional de Pesquisas em Hortaliças – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – CNPH/EMBRAPA</p>

	<p>Número de Participantes: Brasil (3) e Exterior (12) – Total de 15</p> <p>Conteúdo do Curso: Conhecer as tendências e as experiências japonesas sobre a comercialização e a pós-colheita de hortaliças. Promover o conhecimento sobre a situação brasileira quanto a esses assuntos através de visitas técnicas.</p>
--	--

Fonte: JICA. Disponível em:< <http://www.jica.gov.br> >. Acesso em: 10 out. 2006.